

# **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre**

**Adalberto Floriano Greco Martins**

Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

e-mail: pardal.greco@gmail.com

## **Resumo**

Baseada na produção agroecológica e sustentada numa profunda rede de cooperação e ajuda mútua, as famílias assentadas na região metropolitana desenvolvem práticas sociais que indicam possibilidades da edificação de territórios com base em relações simétricas de poder. Construídas nas práticas cotidianas, ensaiando a organização do trabalho emancipado, erguem-se valores éticos que vinculam estas famílias assentadas ao gênero humano, obtendo reconhecimento da sociedade. O presente artigo busca indicar algumas destas potencialidades a luz do conceito de trabalho humano como fundamento da constituição do ser social.

**Palavras-chave:** Território; reforma agrária; assentamento; agroecologia; trabalho emancipado.

## **Abstract**

### **Building Human Emancipation in Agrarian Reform Territories: the case of cooperative conglomerate of ecological rice production in settlements from the metropolitan area of Porto Alegre**

Based on agro-ecological production and sustained within a deep network of cooperation and mutual assistance, the families living in agrarian reform settlements in the metropolitan region develop social practices that indicate possibilities of building territories on the basis of symmetrical relations of power. Built in daily practices, rehearsing the organization of emancipated labor, there is a rise of ethical values that bind these families from the settlements to mankind, obtaining recognition from society. This article seeks to show some of these capabilities to light the concept of human labor as the basis of the constitution of the social being.

**Keywords:** Territory; agrarian reform; settlement; agro-ecology; emancipated work.

## **Resumen**

### **La construcción de la Emancipación Humana en los Territorios de Reforma Agraria: el caso del conglomerado cooperativo de producción ecológica de arroz en los asentamientos de la región metropolitana de Porto Alegre**

Fundada en la producción agroecológica y sustentada en una profunda red de cooperación y ayuda mutua, las familias asentadas en la región metropolitana desarrollan prácticas sociales que indican posibilidades de construcción de territorios con base en relaciones simétricas de poder. Construidas en las prácticas cotidianas, ensayando la organización del

trabajo emancipado, se irguen valores éticos que vinculan estas familias asentadas al género humano, obteniendo reconocimiento de la sociedad. El presente artículo busca indicar algunas de estas potencialidades a luz del concepto de trabajo humano como fundamento de la constitución social.

**Palabras clave:** Territorio; Reforma Agraria; Asentamiento; Agroecología; Trabajo Emancipado.

## Introdução

Os processos sociais de luta pela terra no Rio Grande do Sul geraram ao longo dos últimos trinta anos mais de trezentos assentamentos rurais, envolvendo entorno de treze mil famílias.

Presentes em mais de noventa municípios, estas famílias buscam, em sua maioria reproduzirem-se como camponeses(as), tendo na produção agropecuária sua principal fonte de renda.

Ao estabelecerem-se nestes municípios lançaram mão de diversas estratégias produtivas, ganhando relevância à produção agroecológica de arroz, desenvolvida, sobretudo na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado como um movimento socioterritorial, ao definir em 2007 a sua estratégia política sintetizada na expressão *Reforma Agrária Popular*, ao dar centralidade a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, acaba por vincular as famílias assentadas à valores éticos que possibilitam a expressão do devir humano, afirmando em sua cotidianidade valores humano-universais.

Ao organizarem sua existência com base nesta nova função social (produção de alimentos), as famílias assentadas constroem os assentamentos como pólos de resistência política afirmando valores éticos essenciais a emancipação humana.

Este artigo buscará refletir sobre as implicações destas estratégias produtivas estabelecidas pelas famílias e suas potencialidades frente ao contexto das relações sociais capitalistas hegemônicas pelo capital financeiro no campo.

O primeiro capítulo revelará como o ato de trabalho, fundante do ser social, gera complexos sociais que vão para além dele mesmo, explicitando no plano da consciência a contradição entre alternativas humano-genéricas ou particulares, individuais, permitindo aos indivíduos em seus atos cotidianos optarem por valores éticos que os vinculam ao devir humano.

Na segunda parte, serão apresentada algumas informações sobre a produção ecológica de arroz das famílias assentadas na região metropolitana e as possibilidades da

construção de uma ética que lhes aproximem do gênero humano, rompendo com a sociabilidade alienada contemporânea.

## **O Papel Decisivo da Ética na Construção do Gênero Humano**

A investigação sobre o ato de trabalho humano nos encaminhará para a percepção da universal historicidade do ser e para o caráter puramente social das sociedades humanas.

O trabalho humano tendo em sua essência a peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade que só ocorre no mundo dos homens torna o trabalho uma categoria exclusivamente social.

Diferentemente do ser natural, no ser social,

As transformações apenas podem vir a ser por meio de atos teleologicamente postos que exibem um caráter de alternativa. Isto confere à processualidade social uma qualidade radicalmente distinta da natureza (LESSA, 2002, p. 62).

Ainda que o ser social não exista sem sua relação com a natureza e sem o seu aparato biológico (aparato este que lhe coloca na condição de também pertencer ao mundo natural) a historicidade social é em tudo diferente da historicidade da natureza. Isto porque a história humana se desenvolve a partir de mediações dos atos teleologicamente postos que exigem necessariamente alternativas, que a partir de complexos valorativos, os seres humanos optam por determinadas atitudes, enquanto que na natureza, a sua processualidade é restrita às reações puramente biológicas, químicas, físicas e genéticas.

De acordo com Lessa, “teleologia e causalidade são pólos igualmente reais, efetivamente existentes e ontologicamente distintos. A coexistência concreta entre eles tem lugar apenas em um único complexo: o trabalho” (LESSA, 2002, p. 76).

O processo teleológico implica em uma finalidade e, portanto uma consciência que põe um fim. Logo a teleologia não existe em si mesma, mas em um processo de nexos causais. E este processo só ocorre no ser social em relação com sua materialidade.

O ato de trabalho, nesta articulação exclusivamente social entre teleologia e causalidade, desencadeia um processo real fundando uma nova objetividade. Assim, a objetivação

É o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. Ela articula a idealidade da teleologia com a materialidade real sem que, a teleologia e a causalidade percam suas

respectivas essências (...). Neste sentido, no interior do trabalho, a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta (LESSA, 2002, p. 75).

A estrutura interna do *Pôr Teleológico* é composta por dois momentos: a posição do fim e a busca dos meios. É claro que a finalidade pretendida pelo ato de trabalho orientará o desdobramento da objetivação. Ocorre que a busca dos meios para a realização da pretendida finalidade implica no desenvolvimento da apreensão do ser-precisamente-assim existente. Em outros termos implica no desenvolvimento do conhecimento e da ciência.

Conforme indicado por Lessa,

A busca dos meios para tornar ato a finalidade não pode senão implicar um conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e daqueles processos cujo movimento é capaz de realizar o fim posto. A busca dos meios compreende o impulso imanente à captura da legalidade do em-si existente e, exatamente nessa medida e nesse sentido, é o ponto pelo qual o trabalho se conecta com a origem do pensamento científico e com o seu desenvolvimento (2002, p. 87).

Esta atividade de apreensão do real, essencial para o pôr teleológico, tem na consciência um caráter de reflexo. Um reflexo aqui entendido não como um momento passivo do real incidindo na consciência, mas pelo contrário, o reflexo como uma ação ativa da consciência na apropriação do real. Logo um ato de consciência, que ocorre num processo de constante aproximação do real, reproduzindo-o na consciência de forma aproximativa.

Este ato de reflexo do real pela consciência gera uma nova objetividade, que são as categorias pensadas. Estas categorias compõem uma realidade própria da consciência, conferindo ao mundo dos seres humanos um caráter dual: a realidade objetiva e as categorias pensadas. Para Lukács (2012), será esta dualidade a condição para não existir a identidade entre sujeito e o objeto.

Para Lessa,

A crescente aproximação do reflexo do real implica o desenvolvimento da consciência sobre a distinção entre sujeito e objeto (entre subjetividade e causalidade). Logo o conhecimento não é a superação da distância entre subjetivo e objetivo, mas justamente a sua mais plena reprodução (2002, p. 99).

Em resumo, conforme elucida Lessa o reflexo do real (a ação ativa da consciência) e a realização dos fins, “(...) são dois elementos decisivos, entre si heterogêneos, da complexa unidade que se desdobra no interior da categoria trabalho” (2002, p. 97). Desta forma, a causalidade dada será a síntese da objetividade não material da teleologia com a objetividade material da causalidade.

Como dito anteriormente, será a finalidade pretendida o agente que irá dirigir a objetivação e nem tanto o conteúdo gnosiológico sobre o real, necessariamente presente na objetivação.

Será justamente nesta “posição do fim” que atuarão os valores e os processos valorativos, com uma distinção frente ao reflexo: se ambos (reflexos e valores) apenas podem vir a ser em constante conexão com a causalidade, os valores, diferentemente dos reflexos, podem converter-se em relações sociais objetivas, pois determinam a escolha frente às inúmeras possibilidades postas pelo desenvolvimento da sociabilidade. Bem como, os valores tem como gênese as práxis-humano-social e não as qualidades materiais dos objetos.

Desta forma, o agir teleológico é determinado a partir de um futuro posto (projetado), sendo um agir guiado pelo deve-ser do fim. Este “deve-ser” se eleva a momento predominante na determinação, na escolha da alternativa.

De acordo com Lessa, a articulação ontológica que conecta a totalidade da práxis social aos valores é a categoria da alternativa. É ela que “(...) funda a necessidade da distinção entre útil e inútil para uma dada objetivação. E tal distinção é o fundamento último da gênese e do desenvolvimento dos valores” (LESSA, 2012, p. 113).

Mais uma vez cabe ressaltar a distinção entre o ser social do ser natural. Na natureza não há espaço para a atuação de valores ou processos valorativos. Eles não são formulados, pois não existe a possibilidade de escolha entre alternativas. As alternativas não se colocam, pois na processualidade natural existem apenas nexos causais e mudanças.

Os valores são uma dimensão puramente social (nem são exclusivamente subjetivos e nem decorrência direta da materialidade dos objetos), essenciais na existência da nova objetividade que constituem o mundo dos seres humanos.

Assim, os valores e os processos valorativos são qualidades objetivas potencialmente presentes no ser-precisamente-assim existente que se atualiza no interior da relação teleologia-causalidade. Cabe salientar que o desenvolvimento histórico-humano resultou no desenvolvimento de valores crescentemente universais e crescentemente mediados, constituindo complexos sociais como os costumes, como o direito, a moral, a estética e a ética.

O fato de alguns valores desenvolverem-se mesmo que os seres humanos deles não tenham a menor consciência em nada se opõe a que eles interfiram nas posições teleológicas a serem objetivadas.

Com isto posto, cabe examinar outro aspecto do Ato de Trabalho, essencial na constituição da individualidade e com ela da sociabilidade: a exteriorização do ente objetivado.

Toda objetivação gera alguma transformação do real, dando origem a um objeto, a um ente distinto do seu criador. O objeto posto exhibe uma relativa autonomia frente ao seu criador e será esta relativa autonomia o fundamento das diversificadas ações de retorno deste objeto sobre o sujeito criador.

Esta ação de retorno do ente objetivado sobre o seu criador será denominado por Lukács (2012), de exteriorização, sendo ela o impulso a individuação. Este agir dos seres humanos em seu dia-a-dia constrói não só as suas individualidades, processando as conseqüências de suas ações, como contribui para a reprodução da sociedade a qual pertence. Logo, a exteriorização impulsiona a individuação e por meio dela impulsiona também a sociabilidade. De acordo com Lessa,

O efeito sobre o sujeito da objetivação, exhibe uma aceção positiva: é um momento ineliminável do processo de individuação, e por essa mediação, do desenvolvimento humano-genérico (2012, p. 122).

Lukács (2010), alerta para o fato de esta ação de retorno do objetivado sobre o sujeito, pode criar obstáculos a explicitação dos aspectos humano-genéricos. Ele denominou este processo de alienação, sendo ela uma ação sobre o agente criador que ao invés de impulsionar o devir-humano dos seres humanos, próprios dos processos de exteriorização, se consubstanciam em obstáculos ao avanço do processo de sociabilização, reproduzindo a desumanidade socialmente posta.

A individuação é compreendida por Lukács (2012), como um dos pólos da reprodução social (ao lado da totalidade social). Ele compreende a individuação como a mediação que age entre a totalidade social e os valores. Lessa contribui esclarecendo que

A substância concreta que distingue uma individualidade das demais, bem como da totalidade social, é dada pela qualidade, pela direção, etc. da cadeia de decisões alternativas que [o indivíduo] adota ao longo de sua vida (2012, p. 130).

Será envolto a esta “cadeia de decisões” que

A opção por valores genéricos pode elevar a substancialidade de cada individualidade à generalidade humana. Ou pelo contrário, a opção pelos valores meramente particulares pode rebaixar o conteúdo de sua existência à mesquinhez do universo burguês que se contrapõe\ sobrepõe a humanidade (LESSA, 2012: 132).

Ainda que a moral, a estética, os costumes, a ética, tenha o trabalho como fundamento do seu surgimento, será no complexo processo da reprodução social, em cada

momento histórico, que estes valores irão se desenvolver. Entre o trabalho e a totalidade social se interpõe

Uma malha de relações categoriais que compõem a categoria da reprodução social. (...) a reprodução social como síntese dos atos singulares dos indivíduos singulares em totalidade (LESSA, 2012, p. 139).

Em outras palavras, se é o processo de objetivação o fundamento da constituição dos valores em seu caráter ineliminável de alternativa, será o momento histórico-concreto o definidor do seu conteúdo.

Ocorre que a ação dos valores efetiva-se na medida em que eles são incorporados às posições teleológicas que participam dos processos de objetivação, dando-lhe assim concretude real. Logo, a função social dos valores é justamente interferir no processo de escolha entre as alternativas postas, para a constituição de um pôr teleológico.

Em cada ato de trabalho, singular, estará posta uma tensão expressa pela contraditoriedade entre os elementos genérico-universais e os particulares, forçando os indivíduos a tomarem consciência da relação contraditória que permeia a relação indivíduo-sociedade.

Será com o desenvolvimento da ordem burguesa e com sua forma típica, histórica, de sociabilidade que estas contradições atingiram um patamar histórico inédito. Conforme indicado por Lessa,

Por um lado, os interesses privados\particulares do “bourgeois” são tomados como os interesses reais dos indivíduos; por outro, os interesses genéricos, reduzidos à esfera etérea do “citoyen”, da “cidadania”, na maior parte das vezes assumem a aparência de obstáculos ao desenvolvimento do indivíduo mônada, do proprietário privado burguês. (...) No dia-a-dia, o indivíduo é forçado, com intensidade inédita comparada à das formações sociais anteriores, a tomar consciência dessa contraditoriedade e a fazer opções por um ou outro pólo (2012, p. 144).

Não seria por demais lembrar que com o desenvolvimento das sociedades de classes, essas opções normalmente se colocam sob a forma do predomínio do interesse de uma classe sobre o interesse da totalidade social.

O ato de trabalho em si unitário, em sua totalidade contém uma pulsão para além de si próprio, dando origem a complexos sociais distintos do trabalho, mas apenas existente em relação com ele.

Esta pulsão ao devir humano dos homens inerente ao trabalho, conforme indicado por Lessa (2012, p. 146), “(...) faz com que a reprodução do mundo dos homens seja marcada por uma polaridade: de um lado, uma totalidade crescentemente complexa; por outro, indivíduos com personalidades cada vez mais desenvolvidas”.

Para Lukács (2012), na ordem burguesa, ganhará cada vez mais importância para sua reprodução social, as opções coletivas ou individuais, por valores genéricos ou por valores que expressem a mesquinhez individual. Com isto, a contraditoriedade entre finalidade posta pelo indivíduo e as conseqüências de sua ação é uma faceta da tensão teleológica\causalidade que ganha importância à medida que avança a sociabilidade.

Para Lessa,

A superação da individualidade que se compreende (...) como contraposta e superior ao gênero, que valoriza sua esfera específica de interesses e vontades como superior às necessidades postas pelo gênero em seu desenvolvimento da individualidade estreita e mesquinha que caracteriza o bourgeois (...) tal superação só pode ser prática (...) requer uma objetivação – a revolução (2012, p. 145).

No processo de elevação da humanidade ao gênero humano, a ética joga um papel decisivo. A ética será a expressão da superação da contraditoriedade expressa na relação indivíduo-sociedade.

A ética,

Seria a mediação social específica à esfera valorativa que permitirá a superação da forma burguesa de individualidade, que se entende meramente particular, elevando-a a generalidade humana, fundando a individualidade conscientemente partícipe de um gênero que se reconhece como tal (LESSA, 2012, p. 145).

Em meio a uma sociabilidade onde se intensifica o conflito entre os elementos genéricos e os particulares surge a necessidade de mediações sociais que explicitem tão nitidamente quanto possível, as exigências genéricas que vão gradativamente se desenvolvendo. Para que as necessidades genéricas se tornem operantes na cotidianidade é preciso identificá-las, plasmá-las em formas sociais que sejam visíveis nas mais diferentes situações.

A ética, sendo um complexo valorativo, tem como função social atuar na contraditoriedade entre o gênero-humano e o particular, de modo a tornar reconhecível pelos seres humanos, sempre em escala social, a forma e o conteúdo, em cada momento histórico, que assume tal contradição. Ao agir na esfera da valoração das alternativas possíveis, permitem os seres humanos optarem, de modo cada vez mais conscientes, entre valores que expressam as necessidades humano-genéricas e valores que exprimem interesses apenas particulares de indivíduos ou grupos sociais.

Contraposto a possibilidade de atuação da ética, está outro fenômeno social que opera objetivamente no processo de individuação. Trata-se da alienação.



O trabalho com sua inerente pulsão para além de si próprio recebe das alienações interferências decisivas para a reprodução social e, por consequência, para o desenvolvimento das formas historicamente concretas sob as quais se apresentará o trabalho. Para Lessa (2012, p. 154), “(...) é esta interferência o momento pelo qual o próprio desenvolvimento da generalidade humana termina por dar origem a relações sociais que consubstanciam obstáculos ao seu próprio desenvolvimento”.

A superação social da alienação, conforme indicado por Lessa (2012, p.153), “(...) pode se realizar apenas no interior dos atos de vida dos homens singulares em sua cotidianidade. O que não se opõe, todavia, ao caráter primário da sociabilidade (...)”.

Com isto posto, fica claro a necessidade de plasmar formas sociais visíveis, materiais, que expressem as necessidades genéricas, sobretudo na esfera econômica, pois como sugere Lessa,

Na esfera econômica a causalidade do ser-precisamente-assim existente se faz sentir com maior força o que impõe ao sujeito um horizonte mais estreito de alternativas e possibilita uma maior “univocidade” entre as decisões dos indivíduos singulares (2012, p. 147).

Desta forma, a centralidade da Reforma Agrária Popular, na estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), indicando a produção de alimentos saudáveis como função social das famílias assentadas na contemporaneidade, permite o vínculo da construção de alternativas éticas que expressem e afirmem o humano genérico dos seres humanos.

## **O Conglomerado Cooperativo da Produção Ecológica de Arroz como Expressão do Humano Genérico**

Ainda que submetida às relações sociais capitalistas, os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo capital desenvolvem lutas anticapitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária, sendo a agroecologia um destes exemplos.

Como indica Fernandes,

O campesinato é um grupo social que historicamente tem resistido a desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado (...). No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência (FERNANDES, 2004, p. 08).

Mesmo na condição de subalternidade, o campesinato tem resistido e enfrentado o processo de territorialização do capital. Como também sugere Oliveira,

A territorialização do monopólio e a monopolização podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo (...). O Território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999, p. 107).

Estas lutas e formas de resistência também ganham radicalidade visto a condição social do camponês. De acordo com Ploeg,

Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (PLOEG, 2008, p. 37).

Isto ocorre, pois o processo decisório das atividades camponesas tem em sua centralidade as necessidades reprodutivas de suas famílias, onde a esfera da produção e a esfera do consumo são uma única unidade. Desta forma, as expectativas reprodutivas da família vem em primeiro lugar e se elas forem atendidas, ainda que sucessivamente se obtenha pequenos ganhos, a unidade produtiva camponesa continuará em funcionamento. Este traço da unidade produtiva camponesa lhe difere essencialmente da unidade capitalista, a qual busca em seu esforço, maximizar o seu lucro, tendo nele a sua centralidade, enquanto todo o esforço da família camponesa está mirada na eficiência de sua reprodução enquanto unidade familiar (OLIVEIRA, 1987; COSTA, 2000; CARVALHO, 2005).

A dimensão ecológica vem sendo incorporada ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos de luta e resistência camponesa. Como sugere Michel Lowy,

Um exemplo impressionante dessa integração “orgânica” das questões ecológicas por outros movimentos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (...) Hostil, desde sua origem, ao capitalismo e à sua expressão rural (o agronegócio), o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura (2010, p. 41).

Para este autor,

As cooperativas agrícolas do MST desenvolvem, cada vez mais, uma agricultura biologicamente preocupada com a biodiversidade e com o meio

ambiente em geral, constituindo assim exemplos concretos de uma forma de produção alternativa (LOWY, 2010, p. 41).

Estas práticas sociais dos movimentos camponeses geram conhecimentos novos, com profundo conteúdo emancipatório, como visto nos processos de defesa das sementes crioulas e na contraposição às sementes geneticamente modificadas, bem como, na produção de alimentos saudáveis, na campanha contra o uso dos agrotóxicos e na luta pela soberania alimentar, desvelando à sociedade brasileira que o alimento não deve ser encarado como mercadoria e que cada povo em suas comunidades tem o direito de se alimentar com base na sua cultura e na sua relação específica com o seu meio ambiente local.

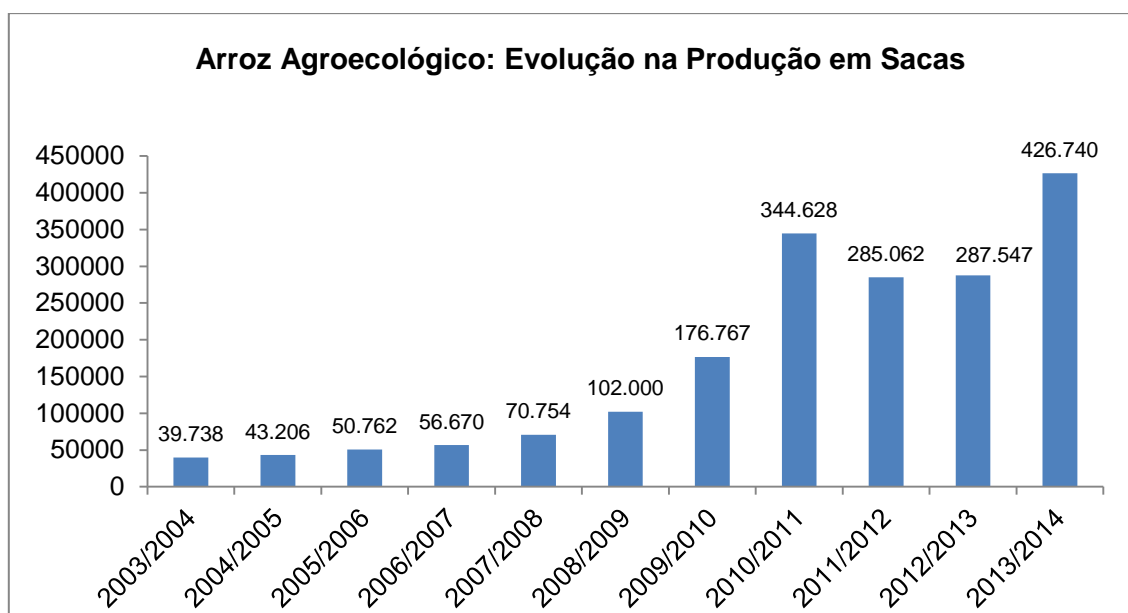
Estas práticas sociais, com seus princípios e valores, geradores de processos participativos com intensa construção de conhecimento, indicam para a sociedade brasileira a possibilidade real e efetiva de alternativas para o desenvolvimento rural compreendido como a garantia de progresso econômico e social para todos que vivem no campo, de uma forma sustentável respeitando os recursos naturais, de maneiras a garantir melhorias permanentes de condições de vida em seus aspectos materiais, culturais e espirituais.

Este é o caso dos(as) camponeses(as) assentados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que presentes nesta região desde 1988, oriundos da região noroeste do Rio Grande do Sul, desafiaram-se a produzir ecologicamente arroz nas várzeas da RMPA.

Ao longo destes 17 anos, compõem-se um conglomerado econômico-produtivo e comercial, de base ecológica, democrático e cooperado, dirigido pelas famílias assentadas, com uma ampla área plantada e um elevado número de famílias envolvidas.

Na safra 2013/14, foram plantados 4.646 hectares, sendo colhidos 426.740 sacos, envolvendo 524 famílias assentadas, de 15 assentamentos, em 12 municípios, a maioria na RMPA.

Abaixo segue a evolução produtiva deste complexo cooperativo:

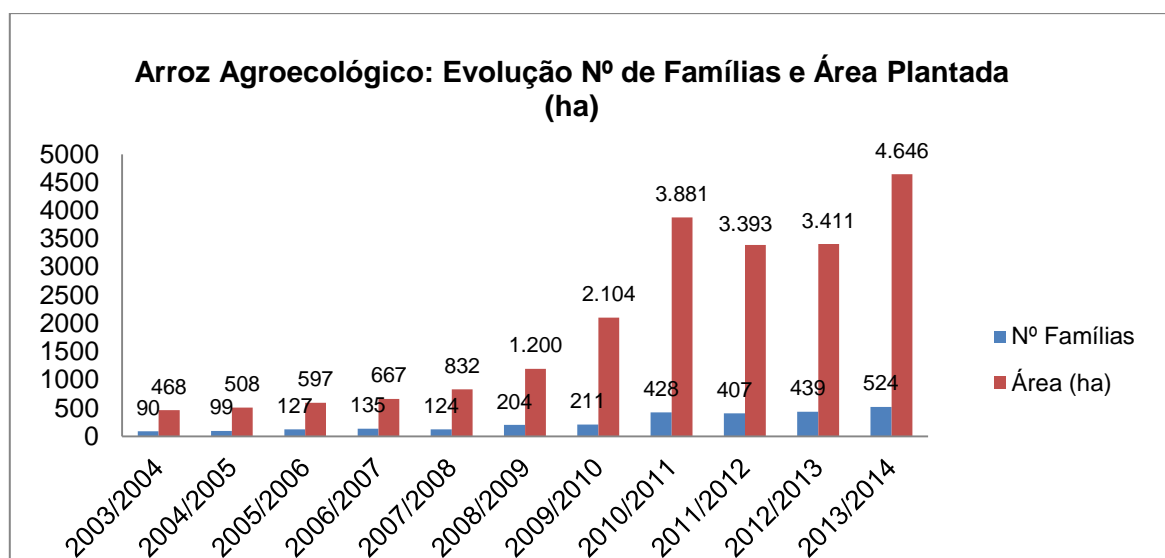


Fonte: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP (2014).

Lastreados em relações de entre ajuda, solidariedade e de base agroecológica, as famílias organizam-se em diversos grupos de produção, cooperativas coletivas, cooperativas de prestação de serviços e cooperativa central, coordenados pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico.

Experiência iniciada ainda no final da década de noventa, a partir da profunda crise econômica do arroz convencional, expressa pelo endividamento do setor e pelos baixos preços pagos aos agricultores, o desenvolvimento de lavouras ecológicas de arroz iniciou-se em pequenas áreas que com o tempo se expandiram.

Atualmente são cinquenta e oito grupos de produção informais, três cooperativas coletivas (COPAN, COPAT, COPAC), uma cooperativa local de prestação de serviços (COPERAV), uma cooperativa de âmbito regional (COOTAP) e uma cooperativa central (COCEARGS). Abaixo segue o gráfico com a evolução da área plantada e do número de famílias envolvidas no sistema:



Fonte: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP (2014).

Os grupos de produtores estão presentes nos assentamentos localizados nos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo, Tapes, Nova Santa Rita, Taquari e Viamão, onde se concentra a produção de arroz ecológico na RMPA. Estes grupos são informais e englobam as famílias que plantam o arroz ecológico. No entanto, cada grupo tem dinâmica própria com graus diferenciados de participação nos processos produtivos e de entre ajuda, indo desde o pleno envolvimento de todas as famílias nos diferentes momentos dos manejos agroecológicos, até grupos que apenas discutem coletivamente o planejamento da safra e a destinação da produção obtida, cedendo o processo produtivo a um dos membros do grupo que possuem o maquinário necessário para conduzir o cultivo.

Quanto as Cooperativas de Produção Agropecuária, como são denominadas pelo MST as cooperativas que adotam plenamente a coletivização da terra, do trabalho e do capital, apresentam além da produção primária do arroz, tarefas de armazenagem e beneficiamento da produção obtida em todo o sistema.

Tanto a COPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita), quanto a COPAT (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes), são responsáveis pela secagem e armazenagem do arroz ecológico, em seus silos secadores. A capacidade de armazenagem da COPAT é de 50 mil sacos e da COPAN é de 90 mil sacos. Ambas possuem Engenho de Arroz, que beneficia a produção, tendo a capacidade instalada de 155 mil sacos/ano na COPAN e 55 mil sacos/ano na COPAT.

Já a COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre), envolve-se na prestação de serviços à produção primária, destacando-se o fornecimento de insumos ecológicos, como o adubo orgânico, e a disponibilização de horas máquinas através de suas patrulhas agrícolas.

Mas o principal serviço à produção primária refere-se à produção de sementes ecológicas de arroz. Dentro deste sofisticado complexo cooperativo, a COOTAP, articula vinte e duas famílias assentadas para a produção de sementes. Nas safras de 2013/14, foram plantadas 250 hectares, produzindo 26.726 sacos de sementes, sobretudo das variedades IRGA 417 e EPAGRI 108. Este volume de semente supre 75% das necessidades do sistema e a COOTAP, possui uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, no assentamento Fazenda São Pedro, localizada no município de Eldorado do Sul.

A COOTAP também atua na armazenagem da produção, tendo silo secador no assentamento Apolônio de Carvalho (município de Eldorado do Sul) com capacidade estática de 80 mil sacos. No entanto, ela não atua no beneficiamento da produção, mas tem papel destacado no momento da comercialização da produção beneficiada.

Detentora da marca comercial “Terra Livre”, a COOTAP, em 2014, comercializou 5,4 mil toneladas de arroz ecológicos, sobretudo arroz integral, polido e parboilizado. Parte destas vendas destinaram-se às programas de políticas públicas de alimentação. Próximo de 2,1 mil toneladas destinaram-se ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e 260 mil kilos no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Quanto a Cooperativa Central, COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), atua no processo de certificação orgânica da produção gerada. Ela obteve registro, ainda em maio de 2012 de uma OCS (Organismo de Controle Social) e em dezembro de 2014, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) autorizou o funcionamento da OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade).

A certificação orgânica da COCEARGS tem por base um sistema de inspeção de garantia, com normas técnicas bem definidas e com participação efetiva dos agricultores assentados. Este sistema certifica não só o arroz, mas as hortaliças e frutas produzidas nos assentamentos da RMPA, destinados as feiras ecológicas da região<sup>1</sup>, ao PAA<sup>2</sup>, além de fornecer hortaliças e frutas no PNAE<sup>3</sup>.

Atualmente o arroz ecológico da RMPA é certificado por dois caminhos: via Entidade de Inspeção Externa, neste caso a IMO (Instituto de Mercado Ecológico) garantindo a certificação por auditoria e via a certificação participativa através da OCS (MEDEIROS e LINDNER, 2014).

<sup>1</sup> Atualmente são treze feiras ecológicas situadas nos municípios de Canoas, Nova Santa Rita, Porto Alegre.

<sup>2</sup> A COOTAP, executava em 2015, seis projetos de PAA, modalidade Doação Simultânea, sendo dois totalmente orgânico com entidades populares em Guaíba e em Nova Santa Rita.

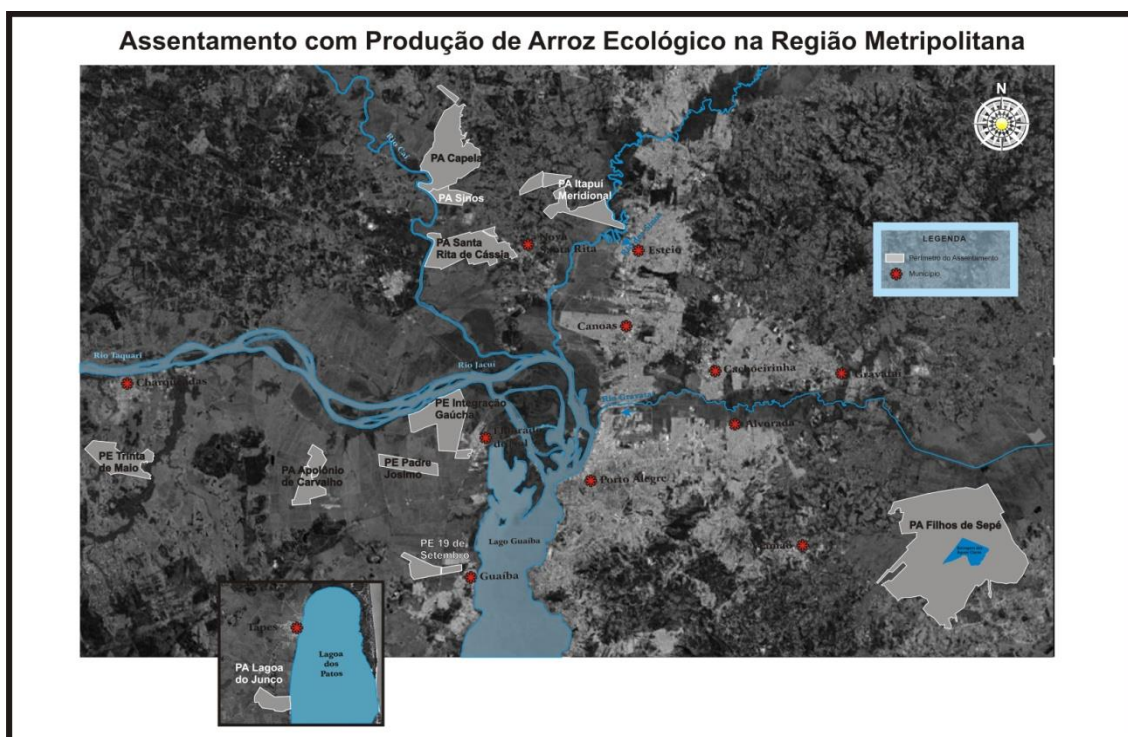
<sup>3</sup> A articulação das famílias assentadas que produzem hortaliças e frutas ecológicas na RMPA, esta a cargo do Grupo Gestor das Hortas, que em 2015 contava com a participação de 350 famílias.

Este complexo cooperativo ecológico é coordenado pelo Grupo Gestor do Arroz. Constituído em 2004, ele é o espaço de articulação das famílias assentadas, a partir da representação dos grupos de produção e cooperativas.

A partir de reuniões sistemáticas, o Grupo Gestor dialoga sobre a condução dos processos produtivos e os gargalos técnicos e econômicos em cada safra. Articulam as capacitações técnicas em cada fase do ciclo agrícola, com base em Dias de Campo, bem como dimensionam as necessidades de insumos, horas máquinas e infra-estrutura de armazenagem e beneficiamento de todo o sistema.

Destes diálogos e práticas técnicas, o Grupo Gestor aprovou na Safra 2009/10, o *Itinerário Técnico das Lavouras Pré-Germinadas*. Este instrumento técnico baliza a ação de todos os grupos produtivos e cooperativas, incorporando conhecimento científico gerado pelos agricultores ao longo destes 17 anos de experiência inexistente nas instituições públicas de pesquisa, seja a EMBRAPA, a FEPAGRO, seja o IRGA. A padronização dos manejos técnicos sintetizada no Itinerário Técnico resultou no aumento da produtividade física das áreas de arroz.

A partir de seminários com os assentados(as) nas micro-regiões (Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Viamão), o Grupo Gestor, avalia os resultados obtidos em suas safras e com os aprendizados obtidos planejam a safra seguinte, concluindo o processo em um Seminário Estadual do Arroz Ecológico.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

Mais recentemente, o Grupo Gestor, ampliou sua área de ação, contribuindo com as famílias assentadas na região da Fronteira Oeste, sobretudo nos municípios de São Gabriel, Santa Margarida e Manoel Viana, que se desafiaram a plantar arroz com manejos ecológicos, tornando-se portanto, uma experiência estadual não mais apenas circunscritas à região metropolitana.

Com a expansão das áreas plantadas para estas novas regiões, pelo elevado custo que representa hoje esta pulverização da armazenagem em diversos pontos e pela quebra de rendimento nos engenhos das variedades atualmente produzidas, a estratégia de beneficiamento do arroz está sendo revista e reformulada, caminhando para a construção de uma Indústria de Arroz Parboilizado, no assentamento “*Lanceiros Negros*”, em Eldorado do Sul, centralizando o processamento do arroz e a armazenagem, com capacidade prevista para 100 mil sacos de arroz. Também esta em fase de construção nesta mesma localidade a nova Unidade de Beneficiamento de Sementes de Arroz (UBS). Ambas unidades (Indústria do Parboilizado e a UBS), serão gestadas pela COOTAP.

Este processo de gestão participativa coordenada pelo Grupo Gestor do Arroz Ecológico, em nada se assemelha a um processo linear. Nele existem tensões e conflitos de interesses externos e internos a este conglomerado. Externamente a disputa com o arroz convencional sobre as áreas de várzeas e sobre o controle da água nos assentamentos é permanente, a cada safra. Internamente o diálogo sobre os preços práticos pela COOTAP, seja preço pago ao arroz, seja o preço cobrado pelos serviços práticos pela cooperativa regional, são objetos de disputa. Bem como, a relação das famílias assentadas no interior dos grupos de produção, também revelam tensões e conflitos. Ocorre que estes conflitos não se transformam em contradições dentro do conglomerado, visto os efetivos espaços de debate e de tomada de decisão ao longo de cada safra agrícola.

Cabe esclarecer que o processo organizativo das famílias na Região Metropolitana de Porto Alegre vai além da dimensão técnico produtivo e econômico, visto que nestes assentamentos existem diversos grupos de mulheres, de jovens, atividades culturais diversas, coletivo de educadores que atuam nas escolas nos assentamentos, entre outras atividades.

Este conjunto complexo de relações sociais está orientado e dirigido por uma organização social da qual participam as famílias assentadas. Esta organização é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como centralidade política a realização da *Reforma Agrária Popular*.

O MST, analisando as profundas mudanças ocorridas no modelo macro-econômico brasileiro a partir do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, recolocando uma função econômica ao latifúndio, como gerador de superávit comercial, compreende que a Reforma Agrária Clássica, perdeu sua função na sociedade brasileira,



sendo necessário o estabelecimento de uma nova orientação, expressa na insígnia *Reforma Agrária Popular*. Agora não se trata apenas de desconcentrar a terra e abalar o poder político das oligarquias agrárias. Trata-se também de disputar o modelo produtivo e tecnológico da agricultura brasileira, recolocando a função social dos camponeses, como produtores de alimentos de qualidade e recuperadores e preservadores dos recursos naturais. Nesta nova dimensão cria-se condições para restabelecer uma política de alianças com a sociedade brasileira, gerando apoio social à Reforma Agrária.

É neste ambiente de disputa política expressa na orientação agroecológica dos manejos técnico-produtivos e de gestão participativa, que as famílias assentadas escolhem por práticas sociais que lhes tornam claras as contradições entre as opções particulares, singulares, centradas apenas nos interesses específicos, particulares e as opções que lhes aproximam do gênero humano, que lhes permite reconhecer em seu cotidiano sua função social, criando condições para coletivamente emancipar-se das alienações impostas pela sociedade capitalista na agricultura brasileira, gerando embriões de resistência e superação.

## **Conclusão**

O MST, como movimento sócio-territorial, na luta direta pela terra, pressionando os sucessivos governos para a realização da reforma agrária, cria as condições para a constituição de territórios e neles constrói sua territorialidade. Os assentamentos são a expressão deste processo, muitos deles tornando-se “territórios dissidentes”, com práticas sociais onde as relações de poder são mais simétricas, tornando-se pólos de resistência há hegemonia do capital financeiro no campo (SOUZA, 2009).

Sobretudo a partir de 2007, na medida em que este movimento social do campo, ao compreender o novo contexto em que se estabelecia a luta pela reforma agrária no Brasil, onde o latifúndio passa a ter nova função no modelo macro-econômico brasileiro, constituindo-se como “agronegócio” (termo este que expressa a nova configuração da luta de classes no campo), estabelece em seu V Congresso, a *Reforma Agrária Popular* como estratégia política.

As implicações na organização dos assentamentos, se faz sentir, pois fica nítido que os assentamentos terão como tarefa política organizar a produção de alimentos saudáveis de base ecológica para a população brasileira. Tornar-se consciente que lutar pela terra, para depois reproduzir nela o mesmo padrão produtivo e tecnológico do agronegócio não faria sentido. A própria sociedade brasileira já compreendeu que a

produção de commodities tem sua melhor viabilidade nas grandes fazendas, sendo irracional a reprodução deste modelo nos assentamentos rurais.

Neste processo é claro que nem todos os assentamentos e as famílias que neles vivem, compreenderam tal orientação e implantaram modelos produtivos e tecnológicos mais ajustados a esta orientação política.

No entanto, na medida em que o MST, passou a tratar a produção de alimentos, a agroecologia e a cooperação agrícola como centrais na organização dos assentamentos, vinculou-os ao plano humano-genérico da humanidade.

Ao plasmar estas condutas técnico-produtivos e de gestão participativas, como no caso do conglomerado cooperado do arroz ecológico, concretizam-se valores éticos que vincula o MST e as famílias assentadas ao devir humano, que vão além dos interesses particulares, mesquinhos, burgueses e produzem condições para a elevação da consciência destas pessoas e da sociedade para a contradição ineliminável entre o singular e o universal. E na cotidianidade destas famílias, produzindo alimentos ecológicos, afirma-se o pólo humano universal, permitindo a constituição de relações sociais mais humanizadas, com base em valores éticos essenciais para a edificação de uma sociedade que supere a exploração do homem pelo homem.

Assim, alguns assentamentos, como é o caso exemplar da Região Metropolitana de Porto Alegre, com a produção ecológica de arroz, tornam-se este pólo político e ético que na construção de suas vidas apóiam-se em condutas produtivas, que os ligam aos laços humano-genéricos.

Será nesta nova qualidade de compreensão e de relacionamentos que a sociedade brasileira, sobretudo a classe trabalhadora irá apoiar e defender a reforma agrária, agora com um caráter popular.

## Referências

- CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COOTAP. **Quadro evolutivo da produção, famílias e área plantada**. *Planejamento Safra 2014/15*. Eldorado do Sul, 2014.
- COSTA, Francisco Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Revista Lutas Sociais** – PUC/SP, São Paulo, v.12, 2004.
- LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. ver. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Revista Margem a Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, nº 14, p. 36-42, maio 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo: 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo: 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele. **Assentamentos rurais, territórios, produção: novas alternativas no RS**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo. In: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 103-125.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

Recebido em 09 de novembro de 2015

Devolvido para correção em 29 de abril de 2016

Aprovado para publicação em 19 de maio de 2016